

Sociedade e poder público falam sobre a sustentabilidade ambiental na zona costeira e marinha



A Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (CAINDR) da Câmara dos Deputados promoveu, no dia 5 de junho, em Brasília, o seminário “Gerenciamento Costeiro na Região Norte: Sociedade e poder público dialogando sobre a sustentabilidade ambiental na zona costeira e marinha”. O objetivo do seminário foi promover um debate sobre a problemática da zona costeira brasileira, mediante uma visão crítica do marco legal existente, e uma reflexão sobre os principais vetores de pressão e conflitos pelo compartilhamento de recursos da zona costeira.

Os debates apontaram ameaças, desafios e oportunidades na implantação do Plano Na-

cional de Gerenciamento Costeiro, tendo como principais recomendações a valorização da participação dos municípios no Projeto Orla, a fomentação das ações dos Planos de Gestão Integrada e a dinamização do Grupo de Integração

do Gerenciamento Costeiro (Gi-Gerco), para que articule e propicie sinergia entre as diversas políticas incidentes na zona costeira.

Temas tratados no evento:

- “Geopolítica da zona costeira” - Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- “Gerenciamento Costeiro na Região Norte: Sustentabilidade Ambiental na Zona Costeira e Marinha” - Ministério do Meio Ambiente;
- “Ações de gestão costeira” - Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente;
- “Gestão da zona costeira e os terrenos de Marinha” - Secretaria do Patrimônio da União
- “Participação social no gerenciamento costeiro” - Comitês de Bacias - Prefeitura de Curuçá/PA

Gi-Gerco debate oportunidades para Proteção do Meio Marinho Frente às Atividades Baseadas em Terra (GPA)

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) promoveu, em janeiro, a terceira revisão de compromissos do Programa de Ação Global para a Proteção do Meio Marinho Frente às Atividades Baseadas em Terra (GPA), em Manila, nas Filipinas. O Governo Brasileiro foi representado pelo Departamento de Zoneamento Territorial do Ministério do Meio Ambiente, responsável pela Gerência Costeira, ponto focal do Brasil no programa.

No encontro, além da revisão dos compromissos, as ações para os próximos cinco anos foram estabelecidas, considerando os atuais desafios para a proteção do ambiente marinho. Os compromissos foram firmados por meio da Declaração de Manila e do Programa de Trabalho do GPA para 2012-2016.

O Brasil está envolvido com o GPA desde sua criação, em 1995, tendo desenvolvido em 2001 um Programa Nacional de Ação e participado ativamente das reuniões anteriores.

Esta terceira reunião de revisão do GPA foi antecedida pela Conferência Global sobre as Conexões Terra-Oceano, cujo tema central foi “Rumo a uma Economia Costeira Mais Verde”. Na Conferência, governos, especialistas e cientistas analisaram questões emergentes relacionadas ao ambiente costeiro e marinho e apontaram recomendações para atuação do GPA em temas como lixo marinho, serviços ambientais dos ecossistemas costeiros, saneamento, gestão de nutrientes e gestão de deltas e estuários.